

## OS SINDICATOS BRASILEIROS NA LUTA CONTRA O AMIANTO

Annie Thébaud-Mony\*

Em nome da garantia de emprego, as organizações sindicais francesas deixaram se contagiar pela noção do “uso controlado do amianto”, em contradição com as condições efetivas de exposição a esta substância em numerosos setores de atividade<sup>1</sup>.

As duas centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, que organizaram, junto com o Ministério do Trabalho, um seminário internacional em São Paulo, em março de 1994, sobre o qual informaremos a seguir, se pronunciaram pela proibição total deste material, suscitando reações de protesto e violência por parte do patronato nacional e internacional do amianto.

O seminário internacional “Amianto: uso controlado ou banimento”, organizado em São Paulo nos dias 28,29 e 30 de março de 1994, pelo Ministério do Trabalho e as duas centrais sindicais mencionadas se inscreve no debate social e político brasileiro sobre esta questão. O seminário reuniu 250 participantes, brasileiros, chilenos, peruanos, panamenhos, italianos, americanos e franceses.

Tinha por objetivo desenvolver, com os países latino-americanos e europeus, uma ação articulada contra a persistência da utilização do amianto no mundo e contra as práticas de transferência de riscos do “primeiro mundo” para o “terceiro mundo”, sem levar, devidamente, em conta os conhecimentos adquiridos em matéria de riscos para a saúde.

É necessário ressaltar que o seminário foi aberto num contexto marcado por uma forte tensão, associada, por um lado, à violência sofrida por dirigentes sindicais nas semanas que precederam o evento (conforme depoimento de um sindicalista apresentado a seguir). Por outro lado, ligada às pressões exercidas em nível internacional pelo Comitê permanente do amianto francês e pela embaixada do Canadá no Brasil junto ao Ministro do

---

\* A Doutora Annie Thébaud-Mony é socióloga e diretora de pesquisa no INSERM- Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale/França. Coordena a cooperação franco-brasileira estabelecida pela Rede Norte/Sul do INSERM e pelo Convênio CNPq/INSERM.

<sup>1</sup> No último número da revista *Travail* (n.30), Henri Pezerat analisa a construção do mito do “uso controlado” do amianto.

Trabalho, brasileiro, protestando contra a realização deste seminário e solicitando seu adiamento ou sua anulação.

### **O amianto no Brasil**

O Brasil é o terceiro produtor mundial de amianto, depois da ex-União Soviética e do Canadá. A mina brasileira mais importante (com uma produção anual de 250.000 toneladas) está localizada no Estado de Goiás. Ela é explorada por multinacionais européias, notadamente, Saint Gobain (no Brasil, Brasilit) e Eternit. Cerca de 70.000 toneladas são exportadas anualmente para o Japão, Índia, Indonésia e outros países da América latina, rendendo ao Brasil 300 milhões de dólares em divisas estrangeiras. Apesar da produção nacional, o Brasil importa o amianto que é utilizado 85% no setor amianto-cimento (dominado por Saint Gobain) e 10% no setor de materiais de fricção. O resto se divide entre diferentes setores industriais, como o têxtil. Neste último, a impossibilidade de controlar a exposição levou numerosos países a proibir o uso destas fibras.

No Brasil, a dispersão deste material em centenas de pequenas empresas, onde o controle e a vigilância são precários, para não dizer mais frequentemente inexistentes, torna impossível a avaliação do número de pessoas expostas, sabendo-se que somente no setor de reparação de automóveis é estimado um número de oficinas de reparo superior a 300.000, sem falar da fabricação (placas de freio, embreagem), nem de outros setores de produção e de consumo. É preciso acrescentar que, atualmente, a proporção de assalariados com carteira de trabalho (declarados pela seguridade social) é da ordem de 40%.

Levando-se em conta o período de latência da doença - de quinze à trinta anos entre a exposição e o aparecimento dos primeiros sintomas -, na década de 90 ocorrerá provavelmente, no Brasil, uma elevação da incidência da doença nos trabalhadores do amianto, em seus familiares e nas populações expostas na vizinhança das empresas e minas.

### **Evolução comparada do consumo e das legislações por país**

Nos países europeus e norte-americanos, o consumo de amianto diminuiu muito nos últimos quinze anos. É uma evolução inversa a que ocorre atualmente nos países do terceiro mundo, em particular no Brasil. Enquanto o consumo médio de amianto nos Estados Unidos é de 100g por habitante, no Brasil é de 1,4 kg.

Na Suécia, na Dinamarca, na Alemanha, os movimentos sociais contra o amianto obtiveram a adoção de leis que proibiram esta fibra. É também

o caso da Itália, onde desde março de 1993, toda a exploração ou utilização é considerada ilícita. Outros países, se não chegaram até a interdição, diminuíram e regulamentaram muito a sua utilização, e as empresas reconvertiram sua produção para a fabricação de produtos sem amianto.

A Federação Internacional dos trabalhadores da construção e de madeira, e todas as organizações sindicais afiliadas, reivindicam a proibição do amianto a nível mundial, proibição que deve se estender a todas as formas de produção e de consumo.

No Brasil, as duas centrais sindicais - CUT e Força Sindical - reivindicam a adoção de uma lei para a interdição progressiva da produção e da utilização do amianto e sua substituição por materiais conhecidos pela sua inocuidade. Eles pedem, igualmente, que esta lei preveja as medidas de reconversão para os trabalhadores da mina e dos diferentes setores produtivos correlatos.

Um protocolo de acordo foi assinado em janeiro de 1994 pelo Ministério do Trabalho, pela Federação industrial de materiais de fricção para as peças de automóveis e pelas duas organizações sindicais. Ele previa a substituição do amianto por outros materiais, que tivessem comprovado a sua inocuidade dentro de quatro anos.

Por fim, deputados de dois grandes Estados industriais - São Paulo e Rio de Janeiro - apresentaram projetos de lei relativos ao banimento do amianto. Um projeto de lei foi igualmente enviado ao parlamento federal pelo deputado Eduardo Jorge (Partido dos Trabalhadores). Foi examinado por uma comissão especial, sem passar, conforme a regra, pela Comissão parlamentar de meio ambiente e dos direitos dos consumidores. Foi rejeitado pela comissão especial, que o substituiu por um outro, apresentado por um deputado, preconizando um "uso controlado" no qual não figura qualquer regulamentação precisa concernente à redução dos valores limite de exposição ao amianto ou aos meios de controlar sua aplicação.

### **Os pontos fortes do seminário**

1. No que se refere ao conhecimento científico dos efeitos do amianto sobre a saúde, Henri Pezerat apresentou uma síntese dos trabalhos sobre as propriedades cancerígenas do crisotila e insistiu sobre as questões suscitadas, em termos de negação científica, por uma leitura dos dados epidemiológicos que visam "reabilitar" o crisotila. Hernan Sandoval, médico do trabalho, colocou em evidência, a partir da experiência chilena, a extrema dificuldade atual, para reunir dados confiáveis sobre as doenças li-

gadas ao amianto, considerando as péssimas informações dos médicos e a grande dispersão das populações expostas.

Por fim, Eduardo Capitani, pneumologista, deu um exemplo de três casos de mesotelioma<sup>2</sup> diagnosticados num hospital de Campinas (Estado de São Paulo) e das condições complexas nas quais as pessoas atingidas foram expostas: apenas um havia trabalhado numa empresa de amianto-cimento; um outro havia trabalhado em locais contaminados e o terceiro caso (38 anos) era filho de um assalariado que trabalha numa empresa fabricante de isolantes. Estes exemplos testemunham as dificuldades de identificação, no Brasil, dos casos de exposição...

Por ocasião da mesa redonda dedicada às posições dos industriais, contradições apareceram entre os representantes da indústria do amianto e os da indústria de materiais substitutos, contradições ligadas não somente aos interesses econômicos em questão, mas, também, à maneira de encarar a negociação com as organizações sindicais no domínio da saúde e do emprego.

Um advogado representando a direção da mina Sama colocou em questão, de forma violenta, a adoção da lei de banimento na Itália, atribuindo-a às manobras de corrupção e de compra de votos pelos industriais dos produtos substitutos do amianto.<sup>3</sup> Esta afirmação gerou indignação por parte da delegação italiana, que protestou frente ao Ministério do Trabalho brasileiro.

O mesmo advogado invocou a constituição brasileira, que, segundo ele, não autoriza direito de proibir substância alguma, em nome da proteção das atividades econômicas. Ele afirmou o direito dos trabalhadores do amianto de continuarem neste tipo de atividade, declarando que a exigência do banimento era defendida pelos trabalhadores que não são das empresas da indústria do amianto. Este material, para ele, consiste "num material seguro, que não ocasiona problemas de saúde com o uso controlado".

Um gerente de empresa do setor automobilístico, cuja fábrica havia sido objeto de uma medida de fechamento provisório pelo Ministério do Trabalho, por insalubridade ligada ao amianto, trouxe seu testemunho

---

<sup>2</sup> Mesotelioma: tumor maligno raro que atinge pleura e peritônio.

<sup>3</sup> Em seu boletim de março de 1994, a associação brasileira do amianto publica, de forma breve, um artigo referente à Itália: "a corrupção italiana também traz prejuízos aos produtos à base do amianto nesse país. Uma lei aprovada minutos antes da dissolução da Câmara, em 1993, interdita a utilização do amianto. Numa emissora de televisão italiana, um deputado confessa ter recebido 15 milhões de liras para defender esta lei. Fortalecidos por esta declaração, as indústrias do amianto tentam obter a revogação desta lei, fruto da corrupção da indústria química neste país." (A lei sobre a interdição do amianto não foi votada em 1993, mas em abril de 1992).

com relação à substituição do amianto e às negociações que ele havia tido com os representantes dos sindicatos e do Ministério do Trabalho sobre as questões de emprego e do acompanhamento médico dos assalariados que foram expostos ao amianto.

2. Os representantes das federações sindicais internacionais acentuaram a necessidade de coordenação das ações de luta contra o amianto e do direito à saúde no trabalho dos diferentes países envolvidos

Apoiando-se na experiência das lutas travadas no passado nos países ocidentais, os representantes das organizações sindicais brasileiras declararam seu engajamento na luta pelo banimento do amianto no Brasil, colocando em evidência a amplitude da exposição em numerosos setores de atividade e as dificuldades encontradas pelos sindicatos para obter, por parte dos empregadores, a melhoria efetiva das condições de trabalho.

A impossibilidade de um controle rigoroso das condições de exposição ao amianto no conjunto de empresas produtoras e consumidoras desse material foi ressaltada por órgãos do Ministério do Trabalho. A Força Sindical e a CUT reivindicam a aplicação da lei brasileira que prevê o acompanhamento médico durante trinta anos dos assalariados que ficaram expostos ao amianto. Os sindicalistas insistiram sobre a necessidade de negociar, em todo protocolo de banimento do amianto, medidas de manutenção do emprego ou de reconversão para os trabalhadores atingidos. Eles recusam explicitamente deixar-se aprisionar pela contradição emprego ou saúde. É evidente a responsabilidade sindical de negociar as condições industriais de substituição do amianto.

3. A última mesa redonda permitiu a expressão dos diferentes movimentos sociais de luta contra o amianto e de proteção às suas vítimas no Brasil, na França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, e também no Perú. Com efeito, nesses países, como no Brasil, uma repressão violenta atinge os sindicalistas defensores das vítimas do amianto. Os depoimentos que se seguem demonstram essa repressão.

#### **Uma Denúncia: o amianto tortura no Brasil.**

*(Depoimento de Bento Meneguine\*, recolhido por Annie Thébaud-Mony, em 29 de março de 1994)*

\* Bento Meneguine participou no seminário internacional de São Paulo nos dias 28, 29 e 30 de março de 1994.

Bento Meneguine\* trabalhou durante doze anos na fábrica de amianto-cimento da Eternit em Curitiba (Paraná) no Brasil. Dirigente sindical a partir de 1990, ele foi demitido juntamente com dezessete outros dirigentes do mesmo sindicato.<sup>4</sup>

Às vésperas da abertura do primeiro seminário “Amianto: uso controlado”, em março de 1994, ele foi sequestrado e torturado e relata esse fato:

*“Em 1990, eu fui eleito para a Comissão de controle do amianto. Foi quando nós decidimos criar com os trabalhadores das duas empresas de amianto-cimento, um sindicato do ramo de produção, a Eternit (300 empregados) e a Isdralit (1.200 empregados). Todos os membros da Comissão de controle do amianto tornaram-se membros da direção do sindicato.*

*A repressão começou desde a criação do sindicato. Os dezoito dirigentes foram demitidos e nenhum deles conseguiu mais encontrar um emprego em Curitiba. Eles eram considerados como agitadores. Aqueles que podiam encontrar trabalho à noite, o faziam. Sem o reconhecimento oficial do sindicato, nós não tínhamos recursos. Foram sustentados, inclusive financeiramente, pelos trabalhadores filiados ao sindicato.*

*Exatamente nesta época, a legitimidade do sindicato foi contestada na justiça não somente pelas empresas mas, também, pelo sindicato da construção civil que, nesta época, representava o ramo de atividade. Durante três anos nós tivemos, assim, um conflito na justiça que visava quebrar o sindicato. Mas nós tínhamos o apoio dos trabalhadores das duas empresas.*

*Na medida que a existência do sindicato era contestada na justiça, nós tínhamos enormes dificuldades para abrir negociação com a federação das empresas, porque ela se recusava a reconhecer os sindicalistas como representantes dos trabalhadores. Foi somente após uma greve de doze dias (novembro de 1992) contra as condições de trabalho, que paralisou a fábrica Isdralit, que nós obtivemos a primeira convenção coletiva. Nós ganhamos melhorias substanciais de proteção contra o amianto.*

*O sindicato foi finalmente reconhecido pela justiça em 16 de fevereiro de 1994. Foi neste momento que a Força Sindical decidiu organizar este seminário nacional em Curitiba sobre “Ami-*

<sup>4</sup> O sindicato da indústria de tubos e produtos à base de cimento. Este sindicato é filiado à central Força Sindical.

anto: uso controlado ou banimento". Nosso sindicato estava encarregado da organização e do trabalho de sensibilização dos trabalhadores, em particular daqueles atingidos pelos problemas de saúde: doenças pulmonares (asbestose, câncer de pulmão) e dermatoses devido ao cimento.

Alguns são muito atingidos. Então nós fizemos campanha, e os trabalhadores doentes participavam. Nós íamos distribuir panfletos na porta das empresas para convidar os trabalhadores para o seminário com sua família, pois este dizia respeito também às esposas e às crianças.

### **Eu fui marcado pela tortura física e moral**

Em 28 de fevereiro, na véspera da abertura do seminário de Curitiba, eu tinha feito este trabalho de distribuição de panfletos e de sensibilização na porta da empresa Isdralit. À noite, com o carro do sindicato, eu levei um companheiro sindicalista em casa e, ao voltar para minha casa, eu percebi que estava sendo seguido por um carro com vidros escuros e que de repente acendeu um farol, me ultrapassou e fez sinal para eu parar. Acreditando ser a polícia, eu parei. Mas o carro não tinha placa. Eu tive um pressentimento e quis fugir, mas dois homens, um com um revólver e o outro com uma faca, chegaram, quebraram o vidro do meu carro e me obrigaram a descer. Eles me vedaram os olhos e me levaram no seu carro. Nós rodamos cerca de uma hora, depois eles trocaram de carro. Depois, nós rodamos durante não sei quanto tempo. Eu me encontrava encurralado, coberto por um plástico opaco e cercado por mato. Eu tinha as mãos e os pés amarrados. As cordas me feriam. Eu lhes perguntava sem cessar porque eu estava preso. Eles me respondiam que quanto menos eu soubesse, melhor seria para mim e para minha família. Eles diziam também que minha família estava sob controle deles. Isto me dava uma grande apreensão. Psicologicamente era intolerável. Isto durou uns quatro dias.

"Certa manhã, já não aguentando mais, eu tentei reagir, lutar como podia com meus carcereiros. Então eles me deram golpes e um deles começou a atirar acima da minha cabeça. Depois, eles me disseram que seu chefe iria chegar de tarde, quando eles decidiriam o que fariam comigo. Depois do meio-dia, uma caminhonete chegou. Eles discutiram por um longo tempo e depois eles vieram me dizer que eu deveria telefonar para ter

*notícias de minha família e para pedir que a polícia e a imprensa se mantivessem à distância. Então eu seria libertado. Eu não tinha a menor idéia de onde eu estava.*

*Eles me levaram até um telefone público e me disseram que eu não poderia ligar nem para minha casa, nem para o sindicato. Eu então liguei para um outro sindicato. Na cabine telefônica, eu vi que estava no estado de Santa Catarina, bem longe de minha casa. Eles me levaram ao lugar de meu cativo. A cada vez eu tinha os olhos vendados. Depois de alguns minutos, eles me levaram, nós rodamos e depois paramos. Eles me disseram: "Agora você já sabe, a partir de hoje, a vida de sua família e a de seus companheiros de trabalho dependerão do que você dirá e fará e de seu comportamento". Eles me tiraram a venda e abriram a porta do carro. Eu corri para o mato porque eu temia que eles me dessem um tiro. Mas eles partiram. Deixaram-me sem sapatos, sem dinheiro e com as roupas rasgadas. Eu tinha as marcas das cordas que me amarraram durante quatro dias e sinais de pancadas. Eu encontrei uma rua e caminhei até um posto de gasolina. Dali, eu telefonei para a polícia local que veio me encontrar. Eles me conduziram à delegacia do lugar ( eu estava à cinco quilômetros de Curitiba) e depois até Curitiba. Eu reencontrei minha família, meus companheiros. Todos pensavam que eu estivesse morto.*

*Para mim, este episódio foi marcado pela tortura física e também por uma terrível tortura moral, emocional. Ao voltar, eu estava traumatizado, eu tinha medo de agir, medo de tudo. Os companheiros diziam: "é necessário continuar, continuar". Mas eu tinha medo, sobretudo por minha família. O que mais conta é a segurança da família. Está exatamente aí o meu maior temor.*

*É difícil de dizer com certeza quem fez isso. Mas eu suspeito fortemente das empresas de amianto-cimento, porque depois da criação do sindicato, nós não paramos de receber ameaças por cartas anônimas e por telefone. A mensagem é a seguinte: "Este sindicato está indo longe demais, um dia vocês vão compreender". Após ter levado queixa inúmeras vezes à polícia, nós acabamos por não mais dar atenção às ameaças. Agora, com o que aconteceu, nós compreendemos que é uma realidade. Quando eu voltei, eu denunciei numa rádio de Curitiba, o que eu tinha passado. O jornalista da rádio recebeu um telefo-*

nema, durante a emissão, dizendo-lhe para parar, senão a rádio seria invadida. O jornalista suspendeu a emissão.

### **Nós temos medo**

O último acontecimento ocorreu após meu retorno, em 27 de março, na véspera da abertura do seminário internacional sobre amianto organizado pela Fundacentro<sup>5</sup> e as organizações sindicais. O secretário do sindicato foi brutalmente agredido na rua por quatro pessoas. Era um domingo, em pleno centro de Curitiba. Eles lhe disseram: "Parece que vocês não compreenderam ainda a mensagem que nós lhes demos. Parece que nós vamos ser obrigados a matar um de vocês para que vocês compreendam. Eles lhe perguntaram se iria ao seminário de São Paulo. Ele respondeu que não, mas que outros companheiros iriam. Eles começaram a lhe dar golpes e depois lhe disseram que se ele tivesse a infelicidade de ir à polícia, ele e sua família se arrependeriam. O medo tomou conta dele. Era terrível. Com os companheiros do sindicato nós insistimos, entretanto, para que ele testemunhasse junto à polícia. O que ele fez. Mas, até o momento, a polícia não tem nenhuma pista segura quanto aos responsáveis por tais agressões.

Nós continuamos o trabalho que estávamos desenvolvendo, mas nós temos medo. Não podemos recuar. Os trabalhadores acreditam no trabalho do sindicato. Esta é a nossa força. Apesar do medo que sentimos do que pode acontecer, nós devemos continuar."

### **Declaração de São Paulo**

Os signatários - cientistas, sindicalistas, associados, líderes políticos ou simples cidadãos -, de todos os países, presentes no seminário internacional sobre O Amianto de São Paulo, fazem a seguinte declaração:

- Nós estamos convencidos de que a produção, a transformação e o uso de todos os tipos de amianto representam um grande perigo para a saúde dos trabalhadores e dos cidadãos.
- Nós saudamos a nova dinâmica surgida em São Paulo, entre as diversas centrais sindicais, os partidos políticos presentes, as ONG em defesa do meio-ambiente, os cientistas e representantes das vítimas do

<sup>5</sup> Fundacentro/Ministério do Trabalho

amianto, muito além das diversidades geográficas, linguísticas e políticas, para construir no curto prazo um mundo sem amianto.

- Nós denunciemos com indignação as multinacionais do amianto e seus métodos de intimidação e de desinformação, que deixam mais evidente ainda a mistificação do conceito de “uso controlado” do amianto.
- Nós reivindicamos aos governantes que ainda não fizeram a: interditar urgentemente os usos do amianto; promover os produtos de substituição com comprovada inocuidade, mantendo e desenvolvendo o emprego; desativar os equipamentos com amianto e instalar dispositivos de segurança, controle e de indenização das vítimas do amianto.

São Paulo, 30 de março de 1994

**Tradução e Revisão:** Maria da Graça Druck e Tânia Franco, *pesquisadoras do CRH/UFBA e integrantes da Rede Norte-Sul do INSERM - Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale/França..*